



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROJETOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA TOCANTINS

Joselane Ferreira de Sousa ¹

Airton Sieben ²

Carlos Augusto Machado ³

RESUMO

Este trabalho tem como foco a Educação Ambiental e os projetos desenvolvidos em escolas públicas municipais da cidade de Araguaína (TO). O objetivo central foi analisar iniciativas de educação ambiental nos espaços escolares, considerando seus impactos sociais, ambientais e educativos. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de documentos institucionais, aplicação de questionários e observações em campo. Os resultados preliminares apontam que, apesar de avanços em ações práticas de sensibilização, ainda persistem desafios relacionados à continuidade, ao acompanhamento pedagógico e à efetiva integração dos projetos com as políticas públicas de educação ambiental. Nesse sentido, o levantamento inicial evidencia a necessidade de novas pesquisas que aprofundem os modos de (re)pensar, implementar e avaliar tais práticas no contexto escolar local.

Palavras-chave: Educação ambiental, escolas públicas, projetos escolares, políticas públicas.

ABSTRACT

This work focuses on Environmental Education and the projects developed in municipal public schools in the city of Araguaína (TO). The main objective was to analyze environmental education initiatives within school settings, considering their social, environmental, and educational impacts. The research followed a qualitative approach, based on the analysis of institutional documents, the application of questionnaires, and field observations. Preliminary results indicate that, despite progress in practical awareness-raising actions, challenges remain regarding continuity, pedagogical monitoring, and the effective integration of projects with public policies on environmental education. In this sense, the initial findings highlight the need for further research to deepen the ways of (re)thinking, implementing, and evaluating such practices within the local school context.

Keywords: Environmental education, public schools, school projects, public policies.

INTRODUÇÃO

Compreender os impactos sociais, ambientais e educativos das práticas de educação ambiental e reciclagem desenvolvidas nas escolas públicas de Araguaína (TO) exige refletir sobre o papel das políticas públicas no fortalecimento dessas ações no ambiente escolar. Embora o tema da

¹ Mestranda do Programa PPGeo da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, joselane.sousa@ufnt.edu.br;

² Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) e mestre em Geomática pela (UFSM). Doutor e pós-doutor em Geografia (UFU). Atualmente é Professor do curso de Mestrado em Geografia PPGeo - UFNT, asieben@ufnt.edu.br;

³ Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela (UNESP). Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade Ciências, Professor do curso de Mestrado em Geografia PPGeo - UFNT, Carlos.machado@ufnt.edu



sustentabilidade seja amplamente debatido, ainda suscita questionamentos relevantes no meio acadêmico, especialmente quanto à sua efetiva integração no cotidiano pedagógico. Nesse contexto, reconhece-se que a escola deve ir além do desenvolvimento integral do aluno, assumindo também a responsabilidade de formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir diante dos desafios ambientais e urbanos contemporâneos.

Uma das indagações centrais que orientam este estudo é: qual é o papel das políticas públicas no fortalecimento da educação ambiental nos espaços escolares? A partir dessa reflexão delineou-se como objetivo geral analisar os projetos de educação ambiental e de reciclagem desenvolvidos em seis escolas públicas municipais da cidade de Araguaína (TO), considerando seus impactos sociais, ambientais e educativos, em um recorte temporal de quatro anos.

Considerando a complexidade do espaço escolar, torna-se essencial que a educação amplie seus horizontes, incorporando propostas que extrapolem os limites tradicionais do currículo. A Educação Ambiental, nesse cenário, propõe uma formação crítica e transformadora, ao incentivar práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente. Segundo Paula (2024), apesar de seu caráter interdisciplinar, a temática ambiental ainda é frequentemente tratada de forma fragmentada nas escolas, restrita a datas comemorativas, como a Semana do Meio Ambiente ou o Dia da Água, sem real integração ao projeto político-pedagógico.

Essa abordagem pontual dificulta a consolidação de uma consciência ambiental duradoura, uma vez que práticas sustentáveis como a reciclagem dependem tanto do engajamento da comunidade escolar quanto do suporte institucional e político (Silva, 2021). A ausência de iniciativas articuladas compromete o alcance dessas ações em todas as camadas sociais, prejudicando a cidadania ambiental e a responsabilidade coletiva.

Nesse sentido, a cidade de Araguaína (TO) apresenta-se como um território oportuno para essa análise, por vivenciar um acelerado processo de urbanização. Conforme Paula (2024), as práticas ambientais ainda enfrentam limitações estruturais e pedagógicas, o que reforça a importância de analisá-las à luz das políticas públicas e das especificidades socioeconômicas da comunidade local.

Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada na análise de documentos institucionais, nas quais será feita a aplicação de questionários e observações em seis escolas públicas do município. Ressalta-se que este estudo encontra-se em desenvolvimento, integrando-se à pesquisa de mestrado¹, o que justifica a apresentação de resultados preliminares de cunho ainda bibliográfico.



Os resultados parciais, advindos de revisão bibliográfica e análise inicial dos dados, apontam que, embora existam iniciativas relevantes, muitas delas permanecem isoladas e pouco articuladas com as políticas públicas, o que limita seu alcance.

Assim, espera-se que este estudo contribua para ampliar a compreensão sobre a efetividade da educação ambiental no espaço escolar e para subsidiar políticas públicas capazes de promover ações mais integradas, contínuas e socialmente significativas.

METODOLOGIA

A delimitação espacial desta pesquisa está centrada no setor urbano do município de Araguaína, localizado no norte do estado do Tocantins, região Norte do Brasil. O estudo contempla seis instituições de ensino da rede pública municipal e uma instituição de caráter socioambiental, selecionadas a partir de critérios que consideraram a diversidade de contextos educacionais da cidade, bem como a inserção em bairros centrais e periféricos.

Optou-se por preservar o anonimato das instituições envolvidas, uma vez que a pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento onde ainda está se encaminhando para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Dessa forma, não serão mencionados os nomes das escolas neste trabalho, garantindo-se a confidencialidade das unidades escolares e das comunidades atendidas.

A seleção das instituições buscou contemplar tanto realidades socioespaciais mais centrais, com maior acesso à infraestrutura e serviços públicos, quanto contextos periféricos, marcados por desigualdades históricas e carência de equipamentos urbanos (Silva, 2016). Essa diversidade de cenários possibilita uma análise comparativa entre diferentes práticas pedagógicas relacionadas à educação ambiental e à reciclagem, bem como a compreensão das estratégias de engajamento comunitário adotadas.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em uma abordagem qualitativa, contemplando diferentes instrumentos de coleta de dados, tais como: análise de documental de projetos institucionais e registros pedagógicos; aplicação de questionários semiestruturados com professores e gestores escolares; e observações in loco das práticas educativas relacionadas à temática ambiental. Nesse sentido, conforme Gil (2008), a entrevista configura-se como uma forma de interação social, caracterizada como um diálogo assimétrico, no qual uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Além disso, será adotada a abordagem da análise do ciclo de políticas públicas, conforme Secchi (2013), como instrumento interpretativo complementar dos projetos

desenvolvidos no âmbito educacional. Para facilitar a compreensão das etapas desta pesquisa, apresentamos um fluxograma do Ciclo de Avaliação de Secchi (2013), que ilustra o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas públicas nos diferentes níveis escolares das escolas municipais de Araguaína (TO).

Figura 1 – Caminhos Metodológicos da Avaliação das Políticas Públicas Escolares



Fonte: Secchi(2013) Elaborado pela autora (2025).

Os caminhos desta metodologia, associados à pesquisa, são necessários para a compreensão e a conexão com a problematização e os objetivos delineados no trabalho. Conforme destaca Gil (2008), a interpretação dos resultados exige que o pesquisador vá além da simples leitura dos dados, buscando integrá-los a um universo mais amplo de fundamentos teóricos e conhecimentos acumulados sobre o tema investigado.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica foi considerada desde a etapa inicial de planejamento, servindo como eixo articulador entre a coleta empírica e a análise dos resultados. O recorte temporal compreende os anos de 2020 a 2024, considerando tanto a análise de documentos já disponíveis quanto as etapas de coleta de dados ainda em andamento. Ressalta-se que, até o momento, os resultados apresentados são parciais e advêm da revisão bibliográfica e da análise preliminar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em vista de circunscrever o local de estudo, faz-se necessário apresentar os dados do espaço geográfico em análise. Segundo o IBGE (2024), a área territorial do Tocantins é de 277.423,627 km². A população registrada no último censo (2022) foi de 1.511.460



habitantes, com densidade demográfica de 5,45 hab/km². Já a população estimada em 2024 foi de 1.577.342 pessoas. No campo educacional, o estado contabilizou 218.166 matrículas no ensino fundamental no mesmo ano.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho se ancora em pressupostos globais de preocupação com o meio ambiente, os quais vêm se agravando e repercutem diretamente sobre estados e regiões, trazendo consequências à população em geral. Nesse sentido, não é possível pensar a escola fora desse contexto. Pelo contrário, compreende-se que a instituição escolar tem a responsabilidade de problematizar e discutir temáticas ambientais de forma prática e significativa no processo educativo. Afinal, são as crianças de hoje que constituirão a população atuante no futuro.

De acordo com Machado (2021), especificamente na região norte do estado do Tocantins, detectou-se que, nas áreas de Cerrados e na faixa de transição para o Bioma Amazônico, uma técnica de desmatamento para dificultar a ação da fiscalização dos órgãos ambientais vem sendo continuamente realizada, ou seja, na retirada das madeiras de lei e posteriormente da mata como um todo. Essas atitudes revelam a fragilidade ambiental que a região vem sofrendo, afetando tanto as áreas verdes quanto os moradores locais. Essa realidade ambiental se articula com os desafios socioespaciais da região, pois, ao mesmo tempo em que ocorre a degradação ambiental, as dinâmicas urbanas reforçam desigualdades.

Por sua vez, Silva (2016) destaca que, os problemas urbanos e desigualdades socioespaciais existentes são encobertos pelos discursos oficiais e midiáticos, que exacerbam sua função econômica, ao denominar Araguaína como “capital do boi gordo”, “capital econômica estadual”. Em uma fraca e seletiva rede urbana estadual, Araguaína ganha estes atributos de relevância, ao exercer papel de comando na divisão territorial do trabalho, em espaço de economia rarefeita, mas em contínuo crescimento. Desse modo, é considerada como uma das cidades médias da Amazônia, que desenvolve papel de intermediação econômica com centros urbanos de sua área de influência. (Silva, 2016)

Dito isto, essas análises permitem compreender que a cidade estudada cresce em relevância, mas, assim como muitas outras, enfrenta desafios que demandam a construção de políticas públicas articuladas a uma compreensão espacial e educacional. Para Silva e Leite (2012), a degradação ambiental decorre, dentre outros aspectos, da forma como percebemos o meio ambiente. A ausência, inadequação ou escassez do conhecimento gera ações que em geral estão em desacordo com as leis naturais. Quanto mais aprendemos, entendemos a realidade em que vivemos, mais comprometidos e solidários tornamo-nos.



Essa percepção reforça que não pode haver alienação frente à degradação ambiental, sendo necessária uma conscientização cada vez mais fortalecida no contexto escolar, em especial junto aos alunos. Como aponta Paula (2024, p. 520), “A vivência na escola é imprescindível no decorrer de desenvolvimento de valores agregados no convívio social, este mesmo convívio é responsável por determinadas atualizações informações que são essenciais para o aluno.”

Esses valores sociais de constituição do ser precisam ser mediados e dialogados nas práticas educacionais, por meio de projetos escolares consistentes, que não se limitem a ações pontuais em datas específicas, mas que se articulem de forma contínua e integrada à vida escolar e comunitária. Na mesma direção, o Caderno Meio Ambiente para o Consumo, da Série Temas Contemporâneos Transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destaca que:

Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem. (Brasil, 2022, p. 9).

Assim, observa-se que a integração entre a educação ambiental, as políticas públicas e a prática pedagógica contínua é essencial para a formação de cidadãos críticos, comprometidos com o meio ambiente e com a sociedade. Dessa forma, essas discussões devem ser amplamente incentivadas nas escolas, com o objetivo de integrar temas essenciais à formação cidadã, entre os quais se destaca a questão ambiental, prevista como tema transversal na BNCC (2018).

Para o Ministério da Educação (2022), a educação deve atuar como princípio orientador das aprendizagens, promovendo a inserção de questões sociais como objeto de estudo e reflexão. Essa abordagem busca construir a cidadania em seu sentido mais amplo, estimulando nos estudantes a capacidade de participação, intervenção e transformação dos espaços sociais, bem como o exercício consciente de seus direitos e deveres enquanto indivíduos inseridos na sociedade. (Brasil, 2022)

É importante destacar que práticas transversais de educação ambiental vêm sendo desenvolvidas na cidade de Araguaína e, frequentemente, são retratadas pela mídia como experiências positivas no âmbito escolar. Tais práticas, ainda que vinculadas a projetos específicos, acabam por se traduzir em aprendizagens significativas dentro da sala de aula, reforçando junto aos alunos a importância do cuidado com o meio ambiente.

Um exemplo é a Escola Municipal Moderna, em Araguaína (TO), onde estudantes do 5º ano participaram de uma mobilização pelo reflorestamento às margens da nascente do córrego Jardim. A atividade, realizada em parceria com o Viveiro Municipal, resultou no plantio de 100 mudas de espécies nativas e frutíferas, com o objetivo de recuperar a área degradada e fortalecer a conscientização ambiental dos alunos. Essa experiência evidencia a relevância de projetos de educação ambiental no espaço escolar, demonstrando que a participação ativa dos estudantes pode gerar impactos positivos tanto para o meio ambiente quanto para a formação cidadã (Maranhão, 2025).

Figura 2 – Projetos Ambientais em Araguaína



Fonte: Felipe Maranhão | Fotos: Marcos Filho Sandes / Secom Araguaína.

Dessa forma, a promoção e a aplicação consistente da educação ambiental em sala de aula tornam-se elementos essenciais no planejamento pedagógico, devendo ir além do simples cumprimento de um tema transversal. É necessário compreender como essa temática pode ser efetivamente incorporada ao cotidiano didático, refletindo sobre sua implementação e os efeitos na prática educativa. Nesse sentido, Silva e Leite (2012) destacam que a Educação Ambiental surge como resposta à necessidade de transformar a sociedade, oferecendo uma educação que promova o compromisso com a humanização dos indivíduos, suas responsabilidades e a valorização da história.

É importante destacar que a discussão aqui apresentada, à luz do referencial teórico, deve ser compreendida dentro do conjunto mais amplo de políticas públicas, que englobam



diversas áreas, como educação, urbanização, saúde e distribuição de recursos. Essas políticas, embora com significados distintos, interagem entre si e refletem diretamente no contexto educacional, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas e sociais mais estruturadas. Para Secchi (2013), uma política pública pode ser entendida como uma diretriz criada para enfrentar um problema coletivo, possuindo dois elementos centrais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema reconhecido como relevante para a sociedade.

Sendo assim, toda ação ou inação decorrente dessas diretrizes faz parte do processo político, o que justifica a análise das políticas públicas como parte integrante do presente estudo. O processo de avaliação das políticas públicas voltadas à educação ambiental pode ser compreendido a partir de diferentes dimensões interligadas, conforme proposto por Secchi (2013), que incluem identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Transpondo as definições de Secchi (2013) para a área de estudo, a identificação do problema consiste em reconhecer as lacunas entre as práticas escolares existentes e as metas curriculares relacionadas à temática ambiental. Em seguida, ocorre a formação da agenda, na qual se definem os temas prioritários para a comunidade escolar. A formulação de alternativas contempla os projetos e estratégias planejadas pelas escolas, como reciclagem, hortas escolares e oficinas ambientais, enquanto a tomada de decisão envolve a participação de gestores, professores e da comunidade, considerando diferentes interesses e perspectivas.

A implementação refere-se à execução das ações planejadas, observando frequência, continuidade e engajamento dos alunos. Por fim, a avaliação das políticas públicas e a etapa de extinção ou revisão permitem monitorar a efetividade das práticas, analisar seus impactos sociais e educativos, promover ajustes que assegurem a melhoria contínua das ações e compreender quais projetos já foram extintos ao longo do tempo e quais permanecem em execução.

Todas essas etapas são fundamentais para a avaliação das políticas públicas existentes e já implementadas na área educacional, especialmente no contexto da educação ambiental. Segundo Silva; Leite (2012), a percepção ambiental abrange a maneira como o ser humano observa e compreende o ambiente, entendendo as leis que o regem. Essa percepção é formada a partir de conhecimentos, experiências, crenças, emoções, cultura e ações, refletindo-se na forma como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente.

Nesse sentido, conforme Paula (2024), em meio às discussões sobre os problemas ambientais, a educação desempenha um papel essencial, tornando-se uma responsabilidade



compartilhada no convívio social. No contexto escolar, essa responsabilidade deve envolver não apenas os professores e alunos, mas toda a comunidade em que a escola está inserida, promovendo práticas educativas integradas e socialmente significativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais desta pesquisa, ainda em fase inicial de elaboração pelo programa de mestrado PPGeo da Universidade Federal do Norte do Tocantins, indicam que a educação ambiental, quando integrada criticamente ao currículo escolar, potencializa o papel transformador da escola diante das desigualdades socioambientais. Práticas pedagógicas que articulam teoria e experiência territorial favorecem o desenvolvimento de uma consciência ambiental ativa e responsável entre os estudantes (Lambert, 2016).

Contudo, a estrutura curricular fragmentada, segmentada por disciplinas e horários rígidos, limita a inserção contínua e interdisciplinar da temática, restringindo sua abordagem principalmente às disciplinas de Ciências e Geografia, o que compromete a profundidade e a integração do conhecimento às vivências dos alunos.

Nesse contexto, a educação ambiental destaca-se como ferramenta crucial para enfrentar o crescente consumo e a consequente geração de resíduos, um problema agravado nos países mais desenvolvidos (Oliveira; Silveira, 2014). A reciclagem e a coleta seletiva emergem como práticas essenciais para a sustentabilidade nas escolas, alinhadas às preocupações de instituições dedicadas à preservação ambiental (Paula, 2024).

Para que essas ações sejam efetivas, é fundamental adequar os ambientes escolares às diversidades sociais atendidas, considerando a inter-relação entre meio natural e social (Jacobi, 2003). Essa complexidade se reflete na diversidade dos perfis socioeconômicos em Araguaína, marcada por carências e desigualdades urbanas (Silva, 2016), o que reforça a necessidade de políticas públicas educacionais adaptadas à realidade local.

O ciclo das políticas públicas, conforme Secchi (2013), oferece um referencial para a formulação e avaliação dessas ações, apesar das influências do neoliberalismo que podem limitar seu alcance. Por fim, a construção do saber ambiental deve transcender o conhecimento científico, dialogando com saberes populares e culturais e estimulando práticas educativas que promovam o engajamento social e a construção de novos paradigmas de sustentabilidade (Leff, 2001).

Assim, refletir sobre as práticas educativas demanda mais do que a implementação ocasional de projetos ambientais; é necessário transformar profundamente a visão de



educação, integrando diferentes formas de conhecimento e incentivando o desenvolvimento da autonomia crítica dos alunos. Desse modo, a escola passa a ser vista não só como um local de transmissão de informações, mas como um protagonista na formação de uma sociedade mais equitativa, sustentável e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada, ainda que parcial, evidencia que as políticas públicas voltadas à educação ambiental, embora amplamente reconhecidas em sua relevância, enfrentam desafios significativos quando confrontadas com a realidade das escolas públicas. Observa-se um descompasso entre as orientações presentes nos documentos curriculares e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. A fragmentação do currículo e o tratamento pontual da temática ambiental limitam a construção de uma consciência crítica e transformadora nos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar o papel da escola para além do modelo tradicional de ensino, compreendendo-a como espaço de mediação de saberes e de formação cidadã. A adoção de práticas pedagógicas integradas, contextualizadas e participativas mostra-se essencial para favorecer o diálogo entre o conhecimento científico, os saberes locais e a atuação efetiva da comunidade escolar.

Nesse sentido, abre-se espaço para a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o entendimento sobre os modos de (re)pensar, implementar e acompanhar as políticas públicas de educação ambiental, de forma a torná-las mais coerentes com as especificidades e demandas das realidades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Meio Ambiente: educação ambiental, educação para o consumo**. Curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série Temas Contemporâneos Transversais. Base Nacional Comum Curricular – BNCC).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.



LAMBERT, Luna Letícia de Mattos; FERNANDES, Maria Lúcia Bueno. **O estudo do meio na educação ambiental formal: contribuições da ciência geográfica.** *Linhas Críticas*, v. 22, n. 47, p. 150–169, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4800>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

MACHADO, Carlos Augusto. **Desmatamentos e queimadas na região norte do Estado do Tocantins.** *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 13, n. 43, p. 217-229, out. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/20417>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARANHÃO, Felipe. **Corrente do Bem une estudantes de escola municipal em ação de reflorestamento para proteger nascente.** *Prefeitura de Araguaína*, Araguaína, 31 abril. 2025. Disponível em: <link da matéria>. Acesso em: 23 ago. 2025.

OLIVEIRA, Tadeu Perdigão Diz; SILVEIRA, Geraldo Tadeu Rezende. **Educação ambiental na escola: se é possível evitar, porque desperdiçar?** *Environmental education in schools: avoid if possible, why waste?* 2014. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 19, n. 2, p.

PAULA, Igor Arthemis Pinho de. **Educação ambiental: reciclagem e coleta seletiva de resíduos sólidos como forma de conscientização da comunidade escolar.** *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 9, p. 519-532, 2024.

SILVA, Roberto Antero da. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína** – TO. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, 2024. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=86868>>. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, M. M. P. da, & LEITE, V. D. (2013). **Estratégias para realização de educação ambiental em escolas do ensino fundamental.** *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 20. <https://doi.org/10.14295/remea.v20i0.3855>

SECCHI, Leonardo Políticas públicas: **conceitos, esquemas de análise, casos práticos** / Leonardo Secchi. -- 2. ed. -- São Paulo: Cengage Learning, 2013